



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



SER O QUE QUISER: A FOLIA DO “MASCARADOS” NO CARNAVAL DE SALVADOR

Manuela Azevedo Carvalho¹
Mestranda em Desenho, Cultura e Interatividade/ UEFS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB
E-mail: manuelaacarvalho@hotmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é explicitar análises e observações desenvolvidas ao longo do primeiro ano de pesquisas acerca da dinâmica do carnaval de Salvador e das fantasias utilizadas por foliões que brincam no bloco “Mascarados”. Para tal, neste artigo e na pesquisa procura-se analisar além das fantasias, a teoria que envolve as festas, sobretudo, as realizadas na rua e, especificamente, o carnaval, o espaço que essa festa representa e o espaço do bloco frente às demais manifestações que compõem a festividade baiana. Além de concentrar-se nos estudos acerca da homossexualidade, por observar que o público deste bloco é composto predominantemente por homossexuais.

Palavras-chave: Carnaval, Carnaval soteropolitano, Fantasias, Espaço, Homossexualidade.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto é resultado de algumas investigações bibliográficas e observações já realizadas acerca do tema da dissertação que desenvolvo, “Redesenhos do ser: o uso de fantasias no carnaval de Salvador”, em que meu foco são as fantasias dos foliões do bloco Mascarados, que desfilaram no carnaval de 2012.

Para desenvolver o texto buscou-se o aporte teórico acerca das festas, da homossexualidade e do conceito de reterritorialização utilizado por Silva (In: SANTIN, 2004). Bem como a investigação histórica acerca do Carnaval no Brasil, mais especificamente em Salvador, e do bloco em questão. Aqui o objetivo foi expor considerações a partir das reflexões teóricas e da observação em campo.

¹ Orientada pela Profª. Dra. Lillian Miranda Bastos Pacheco.

Começa-se falando sobre a história da festa analisada, aprofundando um pouco acerca das características das festas na rua; sobre o carnaval da capital baiana e como ele se constitui e foi se construindo ao longo dos anos e sobre o “Mascarados”, o espaço que ele representa numa festa tão significativa da cultura brasileira.

2. CARNAVAL: A FESTA DO “ADEUS À CARNE”

A história mundial descreve ao longo de seus milênios variadas festas das mais diversas culturas e temporalidades. A maioria delas com motivos religiosos e/ou agrícolas. Quase todas narradas com ritos e excessos exemplificados pela dança, bebida e comida. Apesar de as festividades acontecerem em diversos ambientes, seja ao ar livre, seja em locais fechados, grande parte dos exemplos de festas é daquelas que acontecem na rua, talvez pela possibilidade de mover mais pessoas de uma mesma comunidade e de agregar um contingente maior.

As manifestações que acontecem na rua, diferentemente das que acontecem em casa, como comemorações de aniversário, são marcadas, geralmente, pelos excessos ainda mais evidentes e pela ocupação popular massiva do espaço público, para os mais diversos modos de festejar. O que não significa dizer que uma festa não corresponda às duas esferas (casa e rua) e nem que elas precisam ser opostas. Mas, é nas festividades caracterizadas como de rua, que somos tentados a verificar, ainda mais latente, a teoria que alguns estudiosos defendem de que a festa rompe com a vida cotidiana (DAMATTA, 1997), trás à tona uma vivência diferente do que a população é obrigada a suportar diariamente, como exaustivas jornadas de trabalho e demais obrigações da rotina.

Outros pensamentos acerca dos estudos de festa acreditam que esses momentos de efusão popular, longe de romperem com a rotina, funcionam como reafirmadores da vida diária, como alimentadores e exteriorizadores dessa realidade (BRANDÃO, 1989). De acordo com Durkheim (1996), as festividades são necessárias para energizar novamente a população, para tirá-la da condição de exaustão imposta pela realidade diária difícil e dá-lhe novo ânimo. As festas alimentam a rotina.

Parecendo concordar com essa teoria, que só viria surgir de modo sistematizado séculos depois, autoridades da Igreja Católica, nos últimos anos do século XI, em Roma, resolveram nomear uma das festas mais excessivas e tidas como subversivas, que já acontecia nas ruas de forma menos institucionalizada e sem passar pelo seu crivo, de “Carnaval”. Esse nome foi dado a partir das adaptações de vocábulos gregos, entre eles o mais empregado era *carnevale*,

que etimologicamente significa “adeus à carne”, em referência ao período quaresmal, em que é proibido no catolicismo comer carne vermelha (FERREIRA, 2004).

Assim, após a instituição do nome, a festividade passou a ter data afixada pelos líderes católicos, aqueles três dias que antecediam o início da Quaresma, seriam domingo, segunda e terça-feira, e os fiéis passaram a ter implícita a ideia de que a Igreja os havia liberado para viver aqueles excessos. Logo, o jogo político católico permitia que os fiéis, que já se divertiam, muitos de forma indiscriminada na festa da rua, agora tivessem a permissão da Igreja para transgredir as regras impostas nos outros dias do ano.

Ao aceitar o período do “adeus à carne” como um momento de relaxamento das pressões diárias, ela [*a Igreja Católica*] estaria demonstrando uma espécie de “boa vontade” com as tensões populares, podendo com isso condenar com mais rigor todos os outros excessos anuais. (FERREIRA, 2004, p.30) (*grifo meu*).

Passados os três dias, era a hora de voltar à normalidade do cotidiano e às regras impostas pela comunidade católica. Assim, a terça-feira gorda, como era (e ainda é em muitos lugares) chamado o último dia de Carnaval, era o dia mais cogitado pela população na rua. Ou seja, era o dia em que as pessoas mais se dedicavam à folia, pelo sentimento de ser aquele o último momento do ano para cometer os atos considerados ilícitos pela Igreja. De certa forma, resguardadas as devidas proporções e singularidades dos diferentes carnavais, a terça-feira ainda é o dia de maior excesso.

3. O CARNAVAL EM SALVADOR: FESTA DE MUITOS/ FESTA PARA POUCOS

Antes de falar do carnaval que acontece na capital baiana, cabe um passeio histórico acerca do carnaval no Brasil para entender suas raízes.

No Brasil, a festa de rua reconhecidamente mais efusiva da cultura brasileira, o Carnaval, chegou, com este nome, no início do século XX, mas, seu precedente mais direto, o Entrudo português, segundo documentos históricos, já acontecia desde meados do século XVI (FERREIRA, 2004).

O Entrudo e o carnaval reservam algumas diferenças importantes a serem pontuadas, sobretudo na dinâmica das brincadeiras, em que a festividade portuguesa, entendida na cultura europeia como um jogo e não propriamente uma festividade, revelava-se, no final do século XIX, mais violenta que a dinâmica a ser desenvolvida no Carnaval (CUNHA, 2001). Além disso, a “alta sociedade” brasileira ansiava por padrões europeus de vida, buscando

referências de carnavais praticados nos países deste continente, em que o entrudo já não era mais bem visto, nem praticado. A moda na Europa eram os bailes fechados de máscaras (QUEIROZ, 1999).

Descontentes com as proporções que o Entrudo alcançava, a então “elite brasileira”, sobretudo a carioca, tomou medidas que pudessem diferenciar sua forma de brincar nesse período da forma da população em geral, pressionando a mídia e as autoridades a se posicionarem contra o entrudo, que, na opinião deles, havia alcançado patamares demasiadamente violentos (TEIXEIRA, In: CERQUEIRA, 2002). O Entrudo passou a ser monitorado pela polícia e criticado severamente nos meios de comunicação. Pouco a pouco as pessoas, principalmente as que tinham alternativas viáveis, foram deixando de sair às ruas para a brincadeira.

A tendência foi lançar mão de um recurso potencialmente diferenciador, o dinheiro. Então, cada vez mais, a festividade foi saindo do espaço público e reservando-se a salões fechados, muitos somente para familiares e/ou convidados, ou aquelas em que os associados pagavam preços elevados por um ingresso. Ou seja, o carnaval, festa feita pelo povo e para o povo, agora seria, de certo modo, institucionalizada, ainda mais separada e paga. O que aumentou a segregação de grupos sociais. A festa estava dividida entre quem era convidado e/ou podia pagar um ingresso e quem não era convidado e/ou não podia pagar esse ingresso. Segundo Queiroz (1999, p. 125), no final do século XIX:

[...] os grandes bailes carnavalescos do Rio de Janeiro realizam-se em clubes, em teatros, em boates, nos salões de grandes hotéis; raramente em residências particulares, onde então eram “fechadíssimos”. Os locais podem variar de ano a ano, mas há sempre o pagamento de vultuosas entradas.

Acrescentando:

Os organizadores de um baile “fechado” estabelecem uma lista restrita de participantes (250 a 500) – os únicos a terem o direito de comprar entradas se desejarem comparecer. [...] Figurar nesta lista é algo almejado, pois indica imediatamente que o personagem pertence à “nata”.

Mas Queiroz (1999, p. 125-6) ainda fala acerca de um baile menos cobiçado, mas nem por isso aberto a todos: “Os bailes chamados ‘populares’ também são pagos e caros; não existe, no entanto, uma escolha prévia de participantes, todos os que puderem pagar são admitidos e a denominação de ‘popular’ é, portanto, das mais relativas...”. Ou seja, o Carnaval estava

confinado a espaços definidos e os foliões separados além da condição financeira pela posição social que cada indivíduo figurava na sociedade.

A exemplo do que acontecia no Rio de Janeiro, em Salvador as festas também eram em locais fechados. Só no fim do século XIX, é que alguns participantes dos bailes fechados, desejosos de ganhar novamente o espaço da rua, saíram de seus salões e passaram a juntar os “cordões familiares” (CERQUEIRA, 2002), compostos por amigos, parentes, vizinhos e conhecidos em geral, agarrados a uma corda (que com o passar dos anos foi tornando-se simbólica), para brincar no espaço público. Estavam entregues novamente à folia dos excessos a céu aberto. Saídos agora de um espaço fechado, com suas regras do bom funcionamento e número de convidados limitado, esses foliões do carnaval se reterritorializam (SILVA, In: SANTIN, 2004). Reencontram-se com um espaço antes conquistado e público, saem da esfera privada e se deparam com a realidade das variadas formas de brincar das diversas camadas sociais.

Embora Silva (In: SANTIN, 2004) trabalhe com a perspectiva da retomada de espaço por um público definido, que é o público homossexual, identifica-se uma conexão entre esse conceito e a perda/abandono de territorialidade por parte dos foliões que se confinaram nos bailes, por vontade própria ou não. O intuito aqui não é avaliar se a “elite”, promotora e alimentadora dos bailes merece ou não este espaço, mas trazer à tona os fatos e reflexões. Além de saber que não apenas o público abastado foi afetado por esse novo modo de festejar, tendo que, o público menos favorecido, fazer diversos esforços para participar dos bailes populares descritos acima, por exemplo. Na verdade, o espaço público ou privado sempre foi da dita “elite” e, em certo aspecto, ainda o é. A “nata”, como chama Queiroz (1999), apenas abriu mão por um tempo da rua, em detrimento de uma moda mundial que era considerada a melhor forma de brincar o Carnaval. Veremos mais à frente o porquê dessa colocação que pode parecer radical.

Traçando-se uma linha cronológica no carnaval de Salvador é possível analisar a participação diferenciada entre o público que tinha e que não tinha condição financeira. À primeira vista, após a saída de grande número de pessoas e à massiva construção e alimentação do carnaval nas ruas novamente, com as brincadeiras características desta, como o fantasiar-se “livremente”, podendo ser o que se quer e cometer atos que não seriam postos à tona em dias comuns, e o arremesso de líquidos uns nos outros, deixaria a festa sem barreiras entre “ricos e pobres”. Mas, sabe-se que as barreiras simbólicas atuam de forma a promoverem a separação sem que ninguém precise estipular fisicamente esses limites. Essas barreiras podem revelar-se tanto na configuração das vestimentas (com adereços e ornamentos que denotem o custo tido para tal), quanto no ato de sair às ruas com os seus, promovendo certo “afastamento

instantâneo” dos demais. Antes, os “cordões familiares” saíam às ruas com uma corda que os conhecidos entre si seguravam para não se perder, depois, essa corda já não foi mais necessária, os grupos estavam relativamente definidos.

Com a criação do trio elétrico, em 1950, a “fobica” de Dodô, Osmar e, mais tarde Temístocles Aragão (compondo o trio), a brincadeira tornou-se mais intensa e a divisão entre os grupos foi ficando mais difícil de ser percebida, todos queriam sair atrás do trio, por isso este aparato é considerado o marco do carnaval popular (GÓES, 1982). Em meados da década de 1970, entram em cena os blocos carnavalescos institucionalizados e a festa passa a ser encarada com olhares mais comerciais por parte das promotoras desses blocos, a dinâmica do carnaval começa a transformar-se novamente:

Pouco a pouco, os blocos de trio se organizavam de forma empresarial. As diretorias que haviam resultado quase sempre de grupos de amigos, colegas de faculdade ou vizinhos, quando não parentes, procuravam incorporar – ainda lentamente – recursos modernos no sentido de administrar o patrimônio e planejar a participação no carnaval. (MOURA, In: CERQUEIRA, 2002, p. 156)

Foi incorporada à festa uma rede de infraestrutura que atendesse ao público consumidor que se vale, basicamente, de cordas que separam os foliões em geral (chamados de “pipoca”) dos que pagam pelo espaço reservado do bloco e pelo abadá (vestimenta fabricada pelo bloco que dá acesso à parte interna das cordas), funcionários que seguram as cordas e evitam que pessoas de fora adentrem nesse espaço (cordeiros) e alguns outros funcionários que fazem uma espécie de segurança dentro do bloco e, na maioria, um carro de apoio (como é chamado o caminhão que vem no final do bloco com banheiros e, às vezes, bares). A mensagem transmitida ao longo dos anos é de que dentro do bloco se está protegido e se brinca melhor, além de lhe render certo *status* pelo preço pago.

A antiga “nata” configura-se agora como aquela que sai nos blocos mais caros do carnaval soteropolitano. Por isso, a reterritorialização analisada por Silva (In: SANTIN, 2004) pode ser aplicado aqui de forma parcial. Já que aquela “elite” (promotora e alimentadora dos bailes) agora retoma o território das ruas, se apossa dele e cria a céu aberto um espaço fechado, privatizando o público, um espaço seu e que, portanto, pode ser cercado e vendido. Nesse espaço, ao contrário do que se pensa, não se compra a música, já que ela é a mesma para quem está em um bloco de corda ou não, mas o espaço “privilegiado” (FILGUEIRAS,).

Com o passar dos anos, não só os blocos tornaram-se espaços privilegiados e pagos, mas as sacadas dos prédios localizados nas ruas e avenidas por onde os trios desfilam, onde foram criados os camarotes. Que atualmente invadem quase todos os prédios dessas localidades,

com preços tão elevados quanto os dos blocos. O carnaval em Salvador está se tornando, cada vez mais, uma festa de maior conforto e privilégio para a classe abastada.

4. A FESTA DOS FANTASIADOS E O BLOCO “MASCARADOS”

A história das festas com a utilização de máscaras e outros tipos de fantasias, chamadas mascaradas, é longa e, segundo os pesquisadores, vem desde a Grécia e o Egito Antigos. De acordo com Ferreira (2004, p. 18):

Na Grécia Antiga, alguns ritos, como os da iniciação de jovens para a integração com a vida adulta, já incluíam pessoas mascaradas e fantasiadas. Neles, também eram comuns atividades em que brincadeiras aparentemente desordeiras serviam para reafirmar a ordem dos grupos sociais.

Características bastante comuns ao carnaval brasileiro de forma geral. Além dos ritos gregos, Ferreira (2004, p. 20) afirma que, no Antigo Egito:

[...] acontecia a procissão do boi Ápis [...]. A festa egípcia já era festejada antes da Era Cristã e consistia, basicamente em uma procissão na qual a principal figura era um touro enfeitado. [...] O animal percorria as ruas da cidade tendo sobre ele uma criança e sendo seguido por grupos fantasiados e mascarados. A farra durava sete dias, nos quais aconteciam banquetes, danças e todo tipo de divertimentos.

Em muitas dessas festividades, o motivo para se usar máscaras era, essencialmente, uma ligação com o sagrado. Há relatos de manifestações em que os fantasiados assim o saíam para afastar de sua região espíritos ruins, que se acreditava rondar por lá nessa época (FERREIRA, 2004).

Mas, há também descrições de festas em que o intuito era a inversão de papéis, um dos usos mais verificados na festividade brasileira, sobretudo no início, no Rio de Janeiro (CUNHA, 2002). É comum encontrar nas histórias das festas mundiais descrições de escravizados vestidos de senhores, quando lhes era permitido participar, e ricos vestidos de pobres, por exemplo.

É próprio da máscara, desde os tempos do teatro grego, fantasiar-se para se esconder. Os atores masculinos representavam papéis femininos, já que não era permitido às mulheres encenar, e, para não serem reconhecidos como homens, utilizavam-se desse artefato (BARTHES, 1984). Mas, além do esconder como característica análoga ao ato de utilizar uma fantasia, tem-se a outra face desse artifício, o revelar.

Daí o ato de se fantasiar possa ser justificado como a incorporação e figuração do desejo. Era preciso estar na “pele” de outro para ser quem se quer ser. Pois só a magia da fantasia pode trazer esse desejo para o plano da realidade física, concretizada nos três dias de festa (como fora instituído oficialmente o carnaval em Roma), e no caso de Salvador, seis dias e meio (a manhã da quarta-feira de cinzas). Como acredita Rodrigues (1999), após tantas imposições e modificações no modo de vida desde o final da Idade Média, o homem tornou-se pouco a pouco mais sisudo e sem riso, daí a fantasia, sobretudo a máscara, que esconde o rosto, seria a saída para trazer à vida a alegria e a liberdade de antes, sem com isso pagar-se um preço elevado na volta às atividades do cotidiano.

No bloco “Mascarados”, criado em 1999 como um projeto para homenagear os 450 anos de Salvador, tornado bloco em 2000, devido o grande sucesso que teve no ano anterior, com o intuito de homenagear os antigos carnavais dos bailes, as fantasias foram sempre presentes em sua história. Primeiro com fantasias fabricadas pelo próprio bloco, depois aberto para que os foliões utilizassem a fantasia que melhor lhes conviesse.

Em 2008, o bloco deixou de ser pago e instituiu uma mudança significativa na estrutura do empreendimento, a “corda democrática”, como fora denominada pela administração. Com a “corda democrática” do “Mascarados”, apenas era preciso estar fantasiado para adentrar esse espaço. Estavam livres para participar da brincadeira, dentro do espaço do bloco, tanto os que iam com uma máscara ou outro adereço, quanto os que se apresentavam com fantasias compostas por muitos mais elementos.

A regra geral, que inclusive é sempre *slogan* do bloco, é: “ser quem quiser na folia”, fazendo uma ligação com o principal público que segue e se identifica com o bloco, o público LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). *Slogan* que casa com a natureza da máscara e algumas de suas atribuições: esconder-se e/ou revelar-se.

Tendo a festa como a extrapolação da rotina, como espaço de representação social (MOSCOVICI, 2003), em que aspectos do dia a dia se apresentam exagerados nesse contexto, é possível afirmar que, num bloco de fantasias o público das minorias sexuais, ainda que nem todos estejam o tempo inteiro fantasiados, sente-se mais à vontade para brincar o carnaval. Seja pelo próprio uso da fantasia, que lhe confere a ideia de ocultação da face e identidade e a noção de liberdade para ser quem se quer de fato, seja por estar entre os seus.

Ao tratar do carnaval carioca e da participação homossexual neste, Gontijo (In: RIOS *et al*, 2004, p. 68), afirma que:

É ali, nas situações ritualizadas do carnaval, nos ensaios nas quadras das escolas de samba (as “praças” de um subúrbio abandonado pelos poderes públicos), nos bailes dos cabarés escuros, nas ruas das bandas e blocos, que essas pessoas se tornam mais visíveis, confrontando-se com o *outro* e com o *coletivo*, se posicionando no mundo, construindo cidadania.

Em Salvador, é no “Mascarados” e no “Beco da Off”, uma rua estreita, no tradicional bairro da Barra, próxima ao farol, onde se localiza uma boate homossexual e é palco de concentração de homossexuais principalmente nos fins de semana e nas festas de rua, como o carnaval, que esses foliões tornam-se visíveis, de fato confrontam-se com o *outro* e com o *coletivo*, criam e disputam seu espaço. Segundo Silva (In: SANTIN, 2004), os homossexuais da Ilha de Santa Catarina constroem um “pedaço”, uma espécie de recorte do espaço maior, que aqui poderíamos chamar das ruas e avenidas por onde os blocos passam. Esse espaço, no contexto do carnaval de Salvador pode ser visto nos dois pontos citados, para Silva, relativo ao carnaval catarinense:

Se ainda considerarmos que a construção de um *pedaço*, entre homens e mulheres que compartilham de uma vivência homoafetiva, é mais que do alternativa de lazer e, muitas vezes, única possibilidade de sociabilidade mais desejável, seria possível vislumbrar uma maior territorialidade entre eles. [...] A construção desse *pedaço* poderia ser entendida por uma possibilidade de *reterritorialização* frente a uma *desterritorialização* à qual o homem e a mulher que sente desejo por pessoa do seu próprio sexo é relegado, sem lugar seu na estrutura social. (SILVA, In: SANTIN, 2004, p. 14-5)

E, por mais que o carnaval seja tido como a festa da liberdade e da subversão, esses “pedaços” ainda se mostram necessários. No “Mascarados”, desfilam todos os anos personagens polemizados, como presidiários, policiais, anjos, diabos, reis, rainhas, princesas, bobos da corte, super-homens e super-mulheres, além de adaptações de personagens para torná-los menos sexistas, como alguns “marinheiros gays” ou mesmo “marinheiras”, são personagens que não saem em outros blocos ou espaços, a não ser em blocos que tem a proposta de travestir homens em caricaturas de mulheres, mas que correspondem a outro segmento dessa complexa rotina exagerada que é a festa.

5. CONCLUSÕES

A festividade carnavalesca no Brasil tem profundas relações com os rumos tomados pela história oficial que se formou e se expôs nela. Todas as festas são alimentadas e contribuem para alimentar essa história, mas o carnaval, por ser, provavelmente, a festividade de maior

efusão popular, tem uma significativa participação e é a manifestação mais retroalimentada por ela.

Ainda hoje o carnaval nos permite observar determinadas tendências e comportamentos sociais. Se observados por cima ou de longe, de modo a ver sua totalidade e, quando necessário, suas particularidades, essa festa nos dá a noção de como os grupos sociais estão estabelecidos e definidos, ou não.

Em Salvador, os mais abastados saem em blocos caros ou em camarotes que prometem diversão para além da festividade que acontece na rua, promovendo verdadeiras festas internas, e os menos abastados contentam-se em espremer-se atrás das cordas em determinados trechos em que o espaço dos blocos e dos camarotes já estreitou a rua e sufoca a famosa “pipoca”. As minorias sexuais agregam-se em espaços separados, “reservados”, tudo bem definido, é claro que nesses espaços a presença de heterossexuais acontece, mas em escala bem menor. Os grupos são formados de acordo com suas afinidades. É nesse palco que desfilam fantasiados de toda ordem, desejosos por liberdade e/ou ocultação e por um lugar que lhes caiba na festa, tal qual na sociedade e vice-versa.

6. REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Ed. 70, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

CERQUEIRA, Nelson et al. *Carnaval da Bahia: um registro estético*. Salvador: Omar G., 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: Ensaio de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FILGUEIRAS, Vítor Araújo. Capitalismo no Carnaval de Salvador: o trabalho precário dos cordeiros. In: *III Seminário Políticas Sociais e Cidadania*, 3, 2010, Salvador. Anais III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Salvador: UCSAL, 2010, p. 1-9.

GÓES, Fred de. *O país do Carnaval elétrico*. Salvador: Corrupio, 1982.

GONTIJO, Fabiano. Imagens identitárias homossexuais, Carnaval e cidadania. In: RIOS, Luís Felipe et. al. *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

QUEIROZ, Maria I. P. de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTIN, Myriam Aldana (org.). *Revista Grifos: Dossiê Gênero e Cidadania*, Chapecó: Argos Ed Universitária, v. 16, Maio/2004, p. 53-76.